



## **OBSERVATÓRIO DA IGUALDADE EDUCATIVA (OIE) E O MONITORAMENTO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO/PB**

Luciana Silva do Nascimento <sup>1</sup>  
Mônica de Fátima Guedes de Oliveira <sup>2</sup>

### **INTRODUÇÃO**

O texto reporta-se ao projeto de extensão *Observatório da Igualdade Educativa(OIE)*, que será desenvolvido nos municípios e microrregiões do Agreste e do Brejo paraibanos. O projeto prevê um trabalho de assessoria multidisciplinar para os municípios no monitoramento aos Planos Municipais de Educação (PMEs) e as políticas educacionais. É um trabalho em parceria entre a UEPB<sup>3</sup> e a Universidade de Valência (UV), sendo uma experiência já em andamento coordenada por um grupo de professores do Departamento de Sociologia e Antropologia social. Por meio da extensão, a UEPB firmará através de convênio a assessoria para a criação do (OIE) nos municípios, que tem como finalidade: fixar uma plataforma permanente e aplicativo de smartphone, objetivando coletar, sistematizar e divulgar informações sobre a educação e a formação profissional e continuada das instituições educativas e políticas, previstas nos PMEs, PEE e no PNE.

### **REFERENCIAL TEÓRICO**

#### **Educação básica no Brasil: entre avanços e retrocessos**

A educação brasileira é bastante complexa desde o ponto de vista de sua estruturação, como de sua dinâmica de funcionamento, pois sofreu ao longo dos séculos

---

<sup>1</sup>Professora do Departamento de Educação/CH/UEPB, Coordenadora do Projeto de Extensão, doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade de Valência (UV) - [lucnasci@servidor.uepb.edu.br](mailto:lucnasci@servidor.uepb.edu.br)

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Educação/CH/UEPB, integrante do projeto de extensão, doutoranda em Ciências da Educação pela Universidade Autônoma de Assunção – [monicachuepb@gmail.com](mailto:monicachuepb@gmail.com)

<sup>3</sup> Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



muitas influências tanto externas como internas. Esse fenômeno é totalmente observável quando nos debruçamos sobre as tendências pedagógicas que nortearam teoricamente essa estruturação e moldaram a experiência do sistema vigente.

Dentre elas, destacamos a tendência da pedagogia tradicional de base humanista, a tendência do escolanovismo de cunho modernista, a tendência tecnicista de influência norte-americana, que permeou toda a formulação da educação técnica e profissionalizante e a tendência progressista com influência de autores como Paulo Freire, Demerval Saviani, Carlos Rodrigues Brandão entre outros, que a partir dos anos 90 foram perdendo espaço para a influência e introdução das políticas neoliberais na educação brasileira.

Sobremaneira, ressaltamos que as vitórias ao longo dos últimos dois séculos foram antes de tudo resultado da luta pela educação pública, laica e gratuita, impetrada por educadores e seus representantes legais. Pois sendo o Brasil um país de dimensões continentais, nunca tratou as políticas públicas dentre elas, a educação, de maneira satisfatória para a população de baixa renda. Atualmente, apesar da previsão de universalização do ensino, de programas que tentam garantir a permanência e o sucesso na rede pública de ensino, o fato é que a cada novo gestor(a) retornamos ao sentimento de descontinuidade e de poucas garantias de manutenção das políticas educacionais que estão sendo bem sucedidas.

Mesmo sofrendo inúmeros ataques, o campo progressista da educação nacional avançou consideravelmente durante os governos de centro esquerda do Partido dos Trabalhadores (PT), com a inserção de políticas inclusivas, afirmativas, o regime de colaboração entre os entes federados previsto na CEF/88 em seu Art. 211, incentivou também sua analogia no âmbito da sociedade civil, ampliando a perspectiva da participação social promulgada via conselhos e conferências de educação na elaboração do Plano Nacional de Educação, fato que propiciou ganhos significativos no âmbito da política de educação e do seu financiamento<sup>4</sup>.

Como exemplo dessa interação entre os entes federados e a sociedade civil organizada, destacamos nas metas do PNE, a de número 20<sup>5</sup> justamente porque prevê o

---

4 No ano de 2020, o FUNDEB foi aprovado como um fundo permanente para a educação básica.

5 Meta 20: ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.



aumento de recursos para a educação, dentro de uma compreensão que sem investimento não há avanços na solicitada qualidade da educação brasileira, bem como, sem controle social também não se pode gerir o financiamento público para a educação. Essa compreensão foi fruto de amplo debate onde a participação da sociedade civil organizada foi de fundamental importância.

Sendo assim, a adequação do financiamento às necessidades de cada região através do custo-aluno-qualidade (CAQ) se traduz como base para o SNE e para se atingir a meta 20 do PNE em conformidade também com a vinculação de recursos prevista na ADCT 60 e na Constituição Federal de 1988.

Nesse panorama o PNE e o SNE preveem ações no tocante a educação básica e superior que são a expressão dessa visão sistêmica inaugurada pelo novo plano, dentre elas destacamos: o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), que prevê o financiamento da educação básica em todas as suas etapas, incluindo o desenvolvimento social, através da complementação da união para as regiões em que o número de matrículas do ano anterior não chega ao valor mínimo do custo-aluno/anual, garantindo assim que os municípios não fiquem abaixo da média nacional. O FUNDEB também prevê recursos para a EJA, territórios quilombolas e indígenas e valores específicos para a área rural e urbana.

Em termos de universalização o FUNDEB passou de 15% do valor de impostos arrecadados para 20%, valores vinculados à educação de Estados, municípios e distrito federal, sendo a complementação da União de 18%. Não podemos esquecer que o controle social do FUNDEB é previsto através de Conselho de Acompanhamento e Controle Social (CAC)<sup>6</sup>, responsável em fiscalizar a distribuição, transferência e aplicação de recursos (Cartilha do FUNDEB, online). Na avaliação geral, o fundo tem cumprido o seu papel em redistribuir de forma mais igualitária os recursos destinados a educação básica e logrou resultados benéficos. No entanto, para se pensar em um sistema com funcionamento mais dinâmico e adequado às necessidades de cada região, ainda temos muito o que avançar.

Não podemos deixar de fora o ensino médio, definido como a última etapa da educação básica, sempre esteve envolto aos interesses privatistas e do mercado de

---

6 O Conselho deve ser formado por representantes das Secretarias de Educação, gestores escolares, servidores técnico-administrativos, pais de alunos e estudantes da educação básica pública.



trabalho. A estruturação feita no início dos anos dois mil e mantida até recentemente, possibilitava aos jovens a integração do ensino médio com a educação profissional e tecnológica, sendo possível concluir o terceiro ano e dar continuidade aos estudos com formação específica para o trabalho<sup>7</sup>. Porém, recente reforma feita pelo governo de Michel Temer (2016-2018) retoma velhas bandeiras para o ensino médio, com características do chamado neotecnicismo<sup>8</sup>, onde prevalece a estreita compreensão do aligeirado processo de formação para o trabalho sem perspectiva de avanço na formação escolar para os segmentos subalternos da nossa sociedade.

Outro elemento fundamental na gestão do financiamento foi a constituição das secretarias de educação como gestoras dos recursos vinculados para a educação previsto no artigo 69 da LDB/96. Apesar da criação dos Conselhos do FUNDEB, dos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação (PEE, PME) não serem a garantia absoluta da transparência e do controle social, de toda forma, a consolidação dessas experiências serviu para incentivar a população ao monitoramento e avaliação da política de educação, bem como, ao aprimoramento da experiência de descentralização das instâncias de poder no que concerne a política pública educacional e sua gestão.

Outro ponto relevante no PNE, é a política de valorização profissional dos trabalhadores em educação, haja vista a previsão de implementação de seus PCCRS pela gestão pública e o estabelecimento de Piso Nacional para a categoria.

Os programas de formação para o magistério e demais categorias da educação básica, também foram reforçadas como as licenciaturas e bacharelados em regime especial e a formação continuada de gestores escolares.

Romualdo Portela (2007) enaltece os avanços da política educacional até o início do século XXI, porém, enfatiza que para se chegar a um real sistema de educação é preciso superarmos antigas debilidades como a manutenção da criança na escola, garantir condições de trabalho e acessibilidade e ampliar a valorização dos profissionais da educação. O dilema que se apresenta para Portela é o seguinte: como a base pode participar mais, ser mais efetiva ao ponto de fazer parte das decisões sobre as políticas educacionais brasileiras?

Esse é o nosso desafio, quando nos propomos a assessorar a criação de

---

7 Cf. Lei nº 13.415/2017, Lei de Reforma do Ensino Médio.

8 SILVA. Andréa Villela Mafra da. Neotecnicismo - a Retomada do Tecnicismo em Novas Bases. **Rev. Ens. Educ. Cienc. Human.**, Londrina, v. 19, n.1, p. 10-16, 2018.



Observatórios da Igualdade educativa, a perspectiva além da unificação dos diversos atores atuantes nesta área, é fazer com que a comunidade e a sociedade de uma forma geral, possa de forma simples e efetiva acompanhar, monitorar e avaliar a política de educação desenvolvida em seu município, subsidiando-a com informações para a proposição qualificada.

## **METODOLOGIA**

O Projeto de extensão, assim como a experiência da Universidade de Valência, compreende o trabalho da assessoria, da formação e da produção de conhecimento científico de forma contínua e sistemática através do OIE, para subsidiar a política de educação oferecida pelo município/região.

A atividade mestra da metodologia proposta é então, capacitar gestores, funcionários, educadores e a sociedade civil de uma forma geral, com uma sistemática de pesquisa e atividades pré-estabelecidas que tem como premissa colaborar com o desenvolvimento das metas do PME no município que se efetiva através do Plano Municipal de Educação.

Dessa forma, o projeto objetiva organizar e publicar pesquisas através de uma plataforma permanente denominada Observatório da Igualdade Educativa (OIE), que forneça informações à população e sirva de subsídios para a construção da política pública de educação em nível local e regional, além de ações no âmbito da extensão universitária.

A organização da atividade da extensão será coordenada pelos professores propositores da UEPB, mas também acontece com a participação de um grupo de trabalho estabelecido a partir das parcerias firmadas.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A atividade de extensão estava prevista e foi aprovada para ser iniciada no ano de 2020, porém em função da Pandemia do COVID – 19, foi suspensa até o retorno das atividades presenciais, o que nos impossibilitou de apresentarmos resultados concernentes a proposta de trabalho.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O projeto prevê a assinatura de um convênio entre a Universidade Estadual da





Paraíba e os municípios para realização das atividades de implementação, acompanhamento e consolidação do OIE. Sendo assim, na estruturação do convênio também será prevista as formas de monitoramento, acompanhamento e avaliação, além das que já são utilizadas pela UEPB em suas atividades de extensão, como os relatórios semestrais e anuais.

**Palavras-chave:** Políticas educacionais, Observatório, PME, TICs, Controle Social.

## AGRADECIMENTOS

Especialmente ao Professor Dr<sup>o</sup>. Francesc J. Hernández, idealizador do OIE.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Disponível em: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Disponível em: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE** Diretoria de Gestão de Fundos e Benefícios - DIGEF Coordenação-Geral de Operacionalização do Fundeb e de Acompanhamento e Distribuição da Arrecadação do Salário-Educação – CGFSE Coordenação de Operacionalização do Fundeb – COPEF, 2016, ([www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)).

ROMANELLI, O. **História da educação no Brasil: 1930-1970**. Petrópolis: Vozes, 1986.

SAVIANI, Dermeval (2008b). “Desafios da construção de um sistema nacional articulado de educação”. **Trabalho, Educação e Saúde**, vol. 6, n. 2, jul.-out., 2008, p.213-231.

SILVA, *Andréa Villela Mafra da*. Neotecnicismo - a Retomada do Tecnicismo em Novas Bases. **Rev. Ens. Educ. Cienc. Human.**, Londrina, v. 19, n.1, p. 10-16, 2018.

**OBSERVATÓRIO DA IGUALDADE EDUCATIVA**. Disponível em: (<http://www.uv.es>), Acesso: Janeiro de 2018.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica**. *Educ. Soc.* [online]. 2007, vol.28, n.100, pp.661-690. ISSN 0101-7330. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302007000300003>.